



Sidney Chalhoub, **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Estudos de teóricos querem dar sentido histórico à obra do escritor

**Machado de Assis, historiador**

*por Adeldo Gonçalves*

Depois dos estudos que John Gledson, Roberto Schwarz, Raymundo Faoro, Massaud Moisés e Josué Montello, entre outros, produziram sobre Machado de Assis e sua obra, seria de esperar que mais ninguém escrevesse um livro capaz de oferecer novas descobertas a respeito do chamado bruxo do Cosme Velho. Mas eis que surge uma obra que vem jorrar luz especialmente sobre uma época em que o Brasil imperial oferecia ao mundo o curioso espetáculo de um país no qual todos condenavam a escravidão, mas quase ninguém queria dar um passo para viver sem ela. Essa obra é “Machado de Assis, historiador”, de Sidney Chalhoub, professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que acaba de ser lançada pela Companhia das Letras, de São Paulo.

Conhecido historiador da escravatura e da vida operária entre 1850 e 1910 em “Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte” (1990), “Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial” (1996) e “Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque” (2001), Chalhoub fez o que, até agora, ninguém havia feito: investigou com cuidado a vida do funcionário público Joaquim Maria Machado de Assis, lendo tudo o que pôde encontrar sobre o seu trabalho na segunda seção da Diretoria da Agricultura do Ministério da Agricultura durante o período em que chefiou tal repartição – de meados de 1870 até o final da década de 1880.

Vasculhando a documentação do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, o historiador logo descobriu que os principais assuntos da seção eram política de terras e escravidão. A rigor, a seção estava encarregada de acompanhar a aplicação da lei de 28 de setembro de 1871, depois conhecida como Lei do Ventre Livre. Os meandros dessa luta política e social – seus vaivéns motivados pela hipocrisia e, especialmente, pelos interesses econômicos dos mandões do tempo – refletem-se diretamente na obra do maior romancista da literatura brasileira.

Chalhoub procurou mostrar, entre outras coisas, que o processo histórico que resultou da lei de 1871 – assim como suas conseqüências – esteve no centro da concepção de romances como “Helena”, “Iaiá Garcia”, “Memórias póstumas de Brás Cubas” e “Dom Casmurro”. Tal processo, segundo o autor, é também o núcleo de sentido no conto “Mariana”.

Ao escrever esse conto, porém, diz o historiador, Machado não podia supor que estaria, logo depois, profundamente envolvido na aplicação cotidiana da lei de 28 de setembro. Para o pesquisador, o romancista formou-se (e transformou-se) ao longo da década de 1870 em diálogo constante com a experiência de funcionário público e cidadão. Eis aqui a tese principal de Chalhoub: a experiência histórica de 1871 ajudou a delinear uma nova personagem literária – Machado de Assis. Segundo essa tese, é possível, de fato, investigar as relações entre a experiência do funcionário e a famosa virada narrativa do romancista, ocorrida entre 1878 e 1880, ou entre “Iaiá Garcia” e “Memórias póstumas de Brás Cubas”.

Escrito em estilo que busca repetir o humor fino e cortante de seu alvo, o livro de Chalhoub traça um perfil da hipócrita elite brasileira que se estabeleceu apoiada sobre o braço do escravo, reproduzindo alguns hilariantes discursos ou diálogos travados no Parlamento a uma época em que o Brasil dava ao mundo o triste espetáculo de representar o último baluarte da escravidão.

Discutia-se quem estava contra a lei. E, na realidade, quem estava contra a sua própria lei era a sociedade senhorial brasileira, pois se a lei de novembro de 1831, a chamada lei “para inglês ver”, tivesse sido mesmo cumprida em suas disposições relativas à liberdade dos africanos introduzidos no país desde então, restariam pouquíssimas pessoas ainda legalmente escravizadas em 1871. Explica-se: os escravos existentes no Império provinham basicamente do contrabando e da escravização ilegal de pessoas livres. Seria muito simples: bastaria aplicar o código penal vigente para acabar com aquela hipocrisia toda sobre direitos de propriedade.

Mas não foi assim, como se sabe. Os grandes proprietários como urubus agarrados à carniça lutaram até o último momento para impedir a assinatura pela princesa Isabel da Lei Áurea de 13 de maio de 1888 e, insatisfeitos, ainda incentivaram o marechal Deodoro a dar o golpe militar que, no ano seguinte, instauraria a República.

Antes de entregar o butim, porém, senhores de escravos uniram-se, muitas vezes, a autoridades locais para fraudar processos que visavam a dar liberdade a cativos. Chalhoub reproduz um parecer do funcionário Machado de Assis a respeito de uma tramóia ocorrida no município de Codó, no Maranhão, entre senhores de escravos e autoridades, que resume várias das trapaças levadas ao conhecimento do Ministério da Agricultura.

No parecer, Machado refere-se a proprietários que manipulavam regras do fundo do governo para obter a alforria de escravos ditos “inválidos”, pois, obviamente, esperavam arrancar do governo indenização superior ao valor que conseguiriam por tais cativos ao negociá-los no mercado, além de livrar-se da obrigação de sustentar tais pessoas.

O autor levantou que Machado de Assis, atrás do pseudônimo Manassés, em crônica publicada a 15 de junho de 1877, tratou do mesmo tema, comentando inicialmente a história de um benfeitor anônimo da Santa Casa de Misericórdia. O sujeito doara nada menos do que vinte contos de réis à instituição e mantivera-se incógnito, quando o normal seria anunciá-lo nas gazetilhas.

A propósito do assunto, o cronista lembra de outro caso em que outro sujeito libertara uma escrava e amargara a impossibilidade de anunciar ao mundo a sua “caridade”. É que se tratava de uma escrava muito idosa, a necessitar de amparo na velhice. Ou seja: por trás da pretensa “caridade”, havia proprietários que estavam a se valer do fundo do Estado para ganhar dinheiro dando em troca liberdade a escravos idosos e inválidos, depois de lhes espremer como bagaço, livrando-se da responsabilidade de sustentá-los no inverno da vida.

Em seu livro, Chalhoub procura mostrar que, na década de 1870, o outrora jovem liberal Machado de Assis compartilhava a desilusão de alguns velhos companheiros de lutas políticas, depois de ver que o gabinete comandado por Cansansão de Sinimbu não fora fiel ao programa liberal de 1868, rasgando-o, como, frequentemente, fazem muitos partidos quando chegam ao poder.

Diz o autor que o funcionário continuaria a cumprir, anos a fio, fosse qual fosse o gabinete da vez, a obrigação – exercida com evidente convicção ideológica e, acrescentamos, solidariedade racial, não carregasse ele na cor uma parte de sua origem – “de defender as prerrogativas do poder público contra a sempiterna sanha senhorial”. Para o historiador, o literato Machado de Assis transformaria a experiência histórica da década de 1870 na força criadora que fecundaria livros inesquecíveis como “Memórias póstumas de Brás Cubas” e outros posteriores.

---

\* Publicado em NetHistória [http://www.nethistoria.com/index.php?pagina=ver\\_livro&livro\\_id=322](http://www.nethistoria.com/index.php?pagina=ver_livro&livro_id=322)